

ATA N.º 2/2021

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO
DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2021:

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e um, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, e por videoconferência, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente e Segundo Secretário da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), José António Bombas Amador (CDU), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), David Pedrosa Antunes (GCEPP), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de abril, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a alteração modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2021 (modificação n.º 6);

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para a Freguesia de Peniche;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Peniche, para aquisição de uma viatura;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Atouguia da Baleia, para aquisição de uma viatura;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de

apoio financeiro à Freguesia de Peniche, para aquisição de um armazém/estaleiro.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

A senhora Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD) compareceu no decurso da sessão, durante a aprovação de atas, e o senhor Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), compareceram no decurso da sessão, durante a apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PS), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Célia Sousa Martins (PSD) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Hélder Marco Rodrigues, dos Santos (GCEPP), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD) e Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 8/2020, respeitante à sessão ordinária do mês de dezembro, realizada no dia 18 de dezembro de 2020, e a ata n.º 1/2021, respeitante à sessão ordinária de abril, realizada no dia 26 de fevereiro de 2021, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 8/2020 – Aprovada, por unanimidade, com vinte votos a favor.

Ata n.º 1/2021 – Aprovada, por unanimidade, com dezoito votos a favor

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente recebido, que disponibilizou por email aos líderes de cada bancada, nomeadamente, um documento da Junta de Freguesia de Ferrel, referente ao Processo de Delimitação Administrativa, dispensando-se, por isso, a sua leitura. Perguntou se entendiam ser possível admitir a inclusão deste assunto na ordem de trabalhos de hoje, ou se entendiam considerá-lo na ordem de trabalhos da sessão de junho.

Seguidamente, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que não tinha nada contra a proposta em concreto, mas, na sua opinião, tão importante como discutir o assunto, hoje ou não, era perceber qual o procedimento correto, se deveriam discuti-lo na Assembleia Municipal ou se deveria ir primeiro à Câmara Municipal e esta remeter o assunto à Assembleia Municipal.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não percebeu, do email enviado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, que a ideia seria discutir o ponto na Assembleia Municipal, pelo que crê não fazer sentido, sobretudo sem saber se todas as instâncias que teriam de se pronunciar, nomeadamente as Assembleias de Freguesia e a Câmara Municipal, o fizeram. Referiu que, apesar de não ter nada contra, gostaria de solicitar que o assunto fosse incluído na ordem de trabalhos da sessão de junho.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Clarificou que não era necessário discutir o assunto na Assembleia Municipal, era preciso eleger um elemento que irá estar presente na reunião onde o assunto será discutido, tal como já foi feito na Assembleia de Freguesia de Ferrel e de Atougua da Baleia, e que deve ser feito, também, na Câmara Municipal.

Ademar Marques (PSD):

Disse que se fosse apenas isto a estar em causa, e teria sido bom ter ficado claro de princípio para uma melhor articulação, crê que não haja óbice a que a questão seja colocada, no entanto, desconhecia de que forma poderia ser feito o processo de eleição, atendendo que muitos elementos estão em videoconferência e a votação teria de ser secreta.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que o seu entendimento, ao ler o ofício da Junta de Freguesia de Ferrel, foi que, efetivamente, as duas freguesias trataram do assunto, depois, quando se lê a Lei que tem que ver com a ordenação do território, e visto que o assunto terá de ser remetido para a Assembleia da República, existem questões onde tem alguma dificuldade em fazer a interpretação. Referiu que, na sua opinião, o assunto deveria transitar para a próxima sessão para que todos possam inteirar-se do assunto.

Ademar Marques (PSD):

Considerando o que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, referiu que era necessário designar uma pessoa que pudesse acompanhar a reunião, o problema é que, no atual formato da Assembleia Municipal e há última da hora, não seria possível fazer. Sugeriu que se designasse um candidato ou vários, se for essa a solução, para poder ser eleito pela Assembleia Municipal e que se designasse um dia da próxima semana para que se pudesse vir votar.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Perguntou se os senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Ferrel e de Atouguia da Baleia pretendiam propor alguém da Assembleia Municipal para fazer parte deste grupo.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que, posteriormente, faria chegar o procedimento da Direção Geral do Território (DGT), porque não será necessária a aprovação na Assembleia da República, deve apenas ser dado conhecimento. Referiu que não tinha preferência por um membro da Assembleia Municipal, mas, na sua opinião, era coerente que fosse o senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que a informação que tinha, relativamente à questão suscitada, é que, de facto, na Assembleia de Freguesia foi nomeado um membro da mesma para pertencer ao grupo de trabalho e participar na discussão.

Ademar Marques (PSD):

Uma vez que a lei os impedia de fazer uma votação que não seja por voto secreto, sugeriu que se designasse um dia para votar.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que, na próxima semana, iriam agendar um dia para que se fizesse uma votação, que poderia ser no Auditório de Edifício Cultural para ser mais simples ou, caso todos concordassem, deslocar-se à Câmara Municipal, deixar um envelope fechado e, posteriormente, os votos serem contados pela Mesa da Assembleia Municipal e a Assistente Técnica, Marina Viola.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Ademar Marques (PSD):

Apresentou a moção que a seguir se transcreve:

«Moção

Pela manutenção da agência do Millennium BCP na Vila de Atouguia da Baleia

A notícia da intenção do próximo encerramento do balcão do Millennium BCP na Vila de

Atouguia da Baleia é fonte de enorme preocupação e perplexidade, pela importância que aquela agência desempenha não apenas na Vila e Freguesia de Atouguia da Baleia, mas na vida do Concelho como um todo.

A atividade económica da Freguesia e do Concelho será manifestamente prejudicada pelo encerramento desta agência, que tem imenso movimento e excelente localização e facilidade de acesso. Cientes das dificuldades que a crise económica resultante da Pandemia impõe a todos os agentes, lançamos um apelo a que seja considerada a manutenção desta agência, para que possa ser um dos alicerces da retoma que todos desejamos.

Assim, a Assembleia Municipal de Peniche, reunida a 21 de maio de 2021, em comunhão com aquela que será também a preocupação da Câmara Municipal, associa-se ao apelo da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia remetido aos responsáveis daquela instituição bancária para que seja suspensa a decisão de encerramento da agência e para que se procurem alternativas a esse desfecho.»

Mariana Rocha (CDU):

Apresentou a moção que a seguir se transcreve:

«Moção

Concessões da exploração de redes municipais de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

É inegável a importância estratégica das redes de distribuição de eletricidade em baixa tensão (BT) para o desenvolvimento do país, assim como o facto de esta atividade ser, no território continental, um direito exclusivo dos municípios.

Estando em curso o processo de renovação dos termos da concessão que agora estão a terminar e o processo do lançamento do concurso mais se impõe que a sua concretização conjugue o interesse geral da distribuição de eletricidade para o desenvolvimento socioeconómico, cultural, segurança e bem-estar das populações, com o interesse público, designadamente o sediado nos municípios, e não o dos interesses particulares das empresas que atuam no terreno.

Recorde-se que foi movido por esse interesse geral, e num quadro em que a empresa elétrica nacional era então uma empresa pública focada nos interesses do território, da economia e das populações que os municípios, tendo em atenção o interesse geral do país e, concretamente, o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações, não quiseram colocar o acento tónico nos potenciais retornos, preferindo dar prioridade à qualidade do serviço público aquando da concessão inicial.

Estes pressupostos alteraram-se radicalmente. A EDP é hoje um grupo privado acumulando lucros fabulosos em parte também devido ao facto das rendas de concessão pagas pela EDP já nem cobrirem, desde há alguns anos, o custo da eletricidade que os municípios têm que pagar para garantirem a iluminação pública (IP).

O reequilíbrio económico-financeiro dos contratos de concessão da distribuição de eletricidade – favorável aos municípios - impõe-se em nome do interesse nacional, tanto o público, como o interesse geral do país, não se vislumbrando justificação para o elevadíssimo caudal de lucros realizados por uma empresa privada, para mais agora com intensa componente de interesses estrangeiros.

Considerando que a atividade de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) é um direito exclusivo dos municípios;

Considerando que os municípios, ou as entidades intermunicipais que tiverem obtido delegação municipal nesse sentido, podem exercer diretamente esta atividade (exploração direta) ou, em alternativa, concessioná-la em regime de serviço público;

Considerando que as concessões, para além das que já cessaram (entretanto prolongadas), terminam, maioritariamente, durante os anos 2021 e 2022;

Considerando que a rede de distribuição de eletricidade em BT é uma infraestrutura estratégica, vital para os interesses socioeconómicos gerais, para a segurança e qualidade de vida das populações e para o exercício concreto da soberania energética e que no conjunto, as redes de distribuição e a infraestrutura dedicada à iluminação pública, têm vindo a desenvolver um potencial tecnológico que poderá ter um valor acrescentado substancial em novos domínios de interesse público, aspeto que deverá ser adequadamente valorizado e retribuído no contexto das concessões.

Tendo em conta estes factos a ---- delibera:

1. Reclamar a urgente concretização do processo de concurso que se arrasta há quase cinco anos com eventuais prejuízos para os municípios;

2. Reafirmar que a natureza do serviço e da sua universalidade em condições de igualdade em todo o território nacional – as redes municipais de distribuição em BT estão muito interligadas e integram a rede nacional de distribuição de eletricidade (RND) e com a própria rede nacional de transporte (RNT), ambas unitárias, e o elevado grau de regulação tarifária existente – reforçam a vantagem de que o concurso decorra para uma única região coincidente com o território continental português;

3. Exigir as necessárias alterações na lei visando ganhos – favoráveis aos municípios - de equilíbrio económico e financeiro da concessão de forma a que as rendas anuais devidas pelas concessões não possam, em nenhum caso, ser inferiores à soma das faturações endossadas anualmente a cada município pela eletricidade utilizada na iluminação pública e na mobilidade elétrica municipal.

4. Fixar, como mínimo da renda adicional anual oferecida em concurso, um valor equivalente a 20% do valor da renda anual contabilizada em 2019, ou, no caso deste ser igual ou superior, a 20% do valor faturado pela iluminação pública;

5. Exigir que nas peças de concurso, a iluminação pública deverá fazer parte integrante da concessão e elemento importante para avaliação qualitativa e quantitativa do desempenho da concessionária, criando metodologias claras de incentivo e de penalização perante eventuais faltas de atendimento às necessidades objetivas sentidas nos territórios, apreciação em que os concedentes devem ter a palavra decisiva, desde que fundamentada através de critérios definidos à partida.

6. Assegurar a inclusão nas peças de concurso mecanismos, de formas de acompanhamento que permitam aos municípios enquanto concessionários terem uma intervenção regular junto do concedente no sentido de assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos e no sentido de garantir uma adequada e pronta troca de informações sobre o funcionamento da rede e a sua evolução.

7. Garantir a introdução das necessárias alterações legais de modo a obviar que a forma de celebração dos contratos de concessão, venha a ter consequências do ponto de vista do cálculo do limite da dívida local, em função das novas regras definidas em sede de SNC-AP.»

Ângelo Marques (PS):

Apresentou, verbalmente, os seguintes votos:

«Um voto de louvor ao Kevin Santos, praticante de canoagem, que vive em Atouguia da Baleia, pela conquista do Campeonato Nacional Universitário da Federação Académica do Desporto Universitário em Canoagem K1-200m, no dia 25 de abril.»

«Voto de Louvor:

Nos dias que antecederam o 25 de Abril de 1974, o então furriel miliciano Carlos Cedoura estava envolvido numa operação clandestina que se viria a revelar fundamental para o sucesso da Revolução dos Cravos.

Tratava-se da montagem de um cabo telefónico de aproximadamente quatro quilómetros, que ligava a Central Telefónica do Exército e o local que viria a ser o Posto de Comando do MFA,

na Pontinha. Foi graças a esse cabo que foi possível transmitir as escutas realizadas e planear sempre o passo seguinte com acesso a informação detalhada.

Quase 47 anos volvidos do golpe que libertou o país da ditadura, Carlos Cedoura, antigo presidente da Junta de Freguesia da Serra d`El-Rei, foi um dos 26 militares que recebeu a Ordem da Liberdade das mãos do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

A cerimónia decorreu no dia 26 de fevereiro, no Museu dos Coches, em Lisboa.

A Assembleia Municipal de Peniche, reunida em 21 de maio, destaca com especial satisfação a relevância da referida condecoração ao nosso concidadão Carlos Cedoura.»

«Voto de pesar:

Foi com profundo pesar e consternação que a população da Bufarda, na Freguesia de Atouguia da Baleia, no concelho de Peniche, tomou conhecimento do trágico falecimento do jovem Ricardo Costa, jogador do Centro Social da Bufarda.

Ao clube, família, dirigentes e associados do Centro Social da Bufarda, a Assembleia Municipal de Peniche, reunida a 21 de maio de 2021, apresenta as mais sentidas condolências neste momento difícil.»

«Voto de pesar pelo falecimento do senhor Carlos Bernardes, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras.»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que a sua intervenção tinha que ver com as moções que não foram, ainda, apresentadas, mas, em relação à moção apresentada pela senhora Deputada Mariana Rocha, referiu que se tratava de um assunto demasiado específico que a bancada do Partido Socialista não tem opinião sobre o assunto.

Vasco Serpa (GCEPP):

Associou-se aos votos de louvor e de pesar endereçados anteriormente.

António Moniz (GCEPP):

Apresentou a moção que a seguir se transcreve:

«Moção por uma Linha do Oeste Integralmente requalificada e funcional.

A centenária Linha Ferroviária do Oeste tem um total de 197,9 km de extensão entre a estação ferroviária do Cacém (Linha de Sintra) e a Figueira da Foz, e foi ao longo da sua história uma alavanca essencial de desenvolvimento, especialmente para os diversos núcleos urbanos que foram surgindo ao longo do litoral da Região Oeste e da Região Centro.

A última década foi especialmente dramática para a sustentabilidade dos serviços de transporte prestados pela Linha do Oeste, resultado da redução continuada da qualidade do serviço e da falta de material circulante, necessidades ignoradas por sucessivos Governos. A 6 de novembro de 2020 foi, finalmente, celebrado o contrato de consignação das obras de requalificação da Linha Ferroviária do Oeste, no troço da linha de Sintra - Torres Vedras, entre o empreiteiro e a Infraestruturas de Portugal (IP). Prevê-se que as obras se prolonguem durante os próximos dois anos, com um orçamento de 61,7 milhões de euros. Estas contemplam a eletrificação do troço (43km) e a beneficiação de cinco estações e seis apeadeiros, com criação e melhoria dos acessos às plataformas de passageiros para pessoas com mobilidade condicionada, segundo notícias recentes.

No passado mês de outubro, a IP lançou um novo concurso para prolongar a requalificação da linha de Torres Vedras até Caldas da Rainha, através de um investimento no valor de 40 milhões de euros.

Apesar das várias recomendações apresentadas ao Governo, prevê-se que as empreitadas em curso tenham um alcance limitado, dado que se continua a prever um tempo de viagem mais longo para a ferrovia requalificada do que para as atuais alternativas rodoviárias de ligação a

Lisboa. Desta forma, a capacidade de captação de passageiros dependerá, essencialmente, do preço dos bilhetes e da comodidade e funcionalidade das carruagens.

Por estabelecer estão ainda as condições em que vai decorrer a requalificação da linha entre as Caldas da Rainha e o Louriçal. Estando a iniciar os trabalhos de requalificação do primeiro troço, importa lembrar que, em maio de 2018, a Assembleia da República aprovou a Resolução nº 1368/XIII onde se recomenda ao Governo que:

“Aprove todos os procedimentos administrativos necessários para que, logo que as obras da presente fase de modernização da Linha entre Meleças-Caldas se iniciarem, mandate a Infraestruturas de Portugal para desencadear os estudos técnicos para a preparação da 2ª Fase do projeto de requalificação entre Caldas da Rainha – Louriçal, tendo em vista a que o lançamento das obras de requalificação da 2ª Fase se possa seguir à conclusão da 1ª Fase e que a conclusão da modernização integral da Linha do Oeste possa ocorrer até final de 2023”

O Município de Peniche, tem a responsabilidade de pressionar as entidades responsáveis para que o processo de requalificação da 2ª fase do troço Caldas da Rainha - Louriçal, possa avançar. É um investimento fundamental, a nível social e económico, atendendo a que a atividade económica ligada ao turismo tem vindo a crescer no concelho, mas essencialmente porque é urgente transformar de forma significativa a capacidade de mobilidade da população, incentivar a disponibilidade das pessoas para usarem os transportes coletivos, instar o Governo a assumir a relevância do investimento na estrutura ferroviária, como estratégia fundamental de resposta às alterações climáticas, acompanhada pela responsabilização dos vários concelhos, abrangidos pela sua área, que devem assegurar a flexibilização da rede de transportes municipais e intermunicipais para que o recurso à ferrovia seja assegurado por uma rede de transportes públicos que garanta os vários horários de chegada e partida dos comboios. Peniche depende apenas das ligações rodoviárias a Lisboa para um acesso mais rápido ao Norte, em particular à Região Centro onde nos inserimos.

Só com a requalificação integral da Linha do Oeste e a acessibilidade nos centros económicos do país, podemos garantir que existem as condições necessárias para que a população do concelho de Peniche tenha as condições necessárias para aderir ao uso da ferrovia, em articulação com a rede de transportes públicos locais e que possa libertar-se, gradualmente, dos veículos individuais mais poluentes e mais perturbadores do espaço público.

Assim a Assembleia Municipal de Peniche, reunida a 21 de maio de 2021, delibera:

1. Instar o Governo a tomar medidas por forma a assegurar que os bilhetes dos passageiros que circulam na Linha do Oeste sejam substancialmente mais baratos do que as alternativas rodoviárias e que os passes sociais abrangidos pelo PART incluam a CP nas deslocações intrarregionais;

2. Apelar ao Governo que equipe a Linha do Oeste com carruagens multifuncionais, que possibilitem aos passageiros o trabalho à distância com acesso à internet, assegurem a existência de áreas dedicadas a crianças, a possibilidade de transporte de bicicletas e incluam livre acesso e lugares reservados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

3. Apelar ao Governo para que mandate imediatamente a Infraestruturas de Portugal para desencadear os estudos técnicos para a preparação da requalificação do troço Caldas da Rainha – Louriçal até final de 2021 de forma a que os trabalhos de requalificação decorram de forma contínua até a requalificação integral da linha;

4. Recomendar ao Governo que tome medidas de forma a garantir que o transporte ferroviário na linha do Oeste ofereça tempos de deslocação mais curtos que as alternativas rodoviárias;

5. Recomendar à Câmara Municipal de Peniche que promova o planeamento e a operacionalização da intermodalidade em transportes públicos que acedam a estação ferroviária da Dagorda, para que, na sua proximidade, funcionem interfaces rodoferroviários nos horários de chegada/partida de composições ferroviárias

6. *Enviar esta Moção ao Ministro das Infraestruturas, apelando para que seja prioridade do Governo a requalificação integral da Linha do Oeste.»*

Informou que esta moção foi aprovada, por unanimidade, em várias Assembleia Municipais do Oeste.

José António Amador (CDU):

Apresentou um voto de pesar pelo falecimento de um militar de abril, Dinis de Almeida, que aconteceu no dia 16 de maio de 2021, vítima da Covid-19. Como Deputado da Assembleia Municipal, lembrou aqueles que, eventualmente, não sabem que em 25 de abril de 1974, Dinis de Almeida comandou uma coluna militar saída na Figueira da Foz com destino a Lisboa, tendo parte dessa coluna sido encarregue de libertar o Forte de Peniche, era um dia de feira e cumpriu com êxito a sua missão.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Subscreveu o voto de pesar pelo falecimento do Jovem Ricardo Marques, jogador de Futsal no Centro Social da Bufarda, e, também, o voto de louvor ao Kevin Santos, ambos propostos pelo senhor Deputado Ângelo Marques.

Ainda sobre o atleta Kevin Santos, manifestou a sua satisfação pelo terceiro lugar alcançado, hoje, na Rússia, que infelizmente não lhe proporcionou o acesso aos próximos Jogos Olímpicos. De qualquer forma, tendo em conta que é um jovem, que pratica canoagem, no Centro de Canoagem do Oeste, em Atouguia da Baleia, humilde e muito trabalhador, uma referência para a juventude desta região, não queria deixar de louvar todo o esforço que ele despendeu para tentar ser feliz e alcançar os seus objetivos. Informou que teve conhecimento que o seu próximo objetivo seria tentar os Jogos Olímpicos de 2024, em Paris, e, naturalmente, todos iriam estar para o apoiar, porque ele merece.

David Antunes (GCEPP):

Apresentou a moção que a seguir se transcreve:

«Moção pela construção do novo Hospital Central na Região Oeste.

A construção de um novo hospital na região Oeste é uma prioridade com várias décadas, reivindicação que foi sempre consensual entre os autarcas da região, Saúde e, principalmente, uma vontade e uma reivindicação há muito evidenciada pela generalidade das populações do Oeste, que reconhecem a incapacidade de resposta às necessidades da região.

De acordo com o Bastonário da Ordem dos Médicos Dr. Miguel Guimarães, no âmbito do debate promovido pelo Conselho da Cidade de Caldas da Rainha, em junho de 2019, no Centro Cultural das Caldas da Rainha, “o Oeste é uma das regiões mais carenciadas, das que precisa de mais atenção no que diz respeito ao acesso a cuidados de saúde”, tendo concluído que o adiamento da construção de um novo hospital é prejudicial para as populações.

Os autarcas da Comunidade Intermunicipal do Oeste (Oestecim) manifestaram unanimemente, no âmbito da consulta pública do Plano de Recuperação e Resiliência, a importância estratégica para a região deste investimento essencial, a criação de um novo Hospital Central do Oeste, um hospital geral diferenciado.

Consideramos que se impõe na região Oeste a criação de um novo hospital público, de forma a garantir um serviço de qualidade na saúde com respostas eficientes e adequadas.

A construção de um hospital para servir a população desta região é um direito consubstanciado no artigo 64º da Constituição da República Portuguesa, mas é também uma condição fundamental para alicerçar o caminho de desenvolvimento que pretendemos para o nosso território.

As empresas, os investidores e as pessoas quando avaliam os investimentos ou a localização das suas habitações fazem-no, quase sempre, tendo também como premissa a garantia de que existem, em cada região, serviços de saúde que garantam boas e eficientes capacidades de resposta, tendo muito em linha de conta a distância a que se situam.

Nesse sentido, o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche – GCEPP propõe que a Assembleia Municipal de Peniche, reunida a 21 de maio de 2021, delibere manifestar junto do Governo a urgente necessidade da construção do novo Hospital Central do Oeste, para o qual deverá criar as condições necessárias para a sua concretização, sendo indispensável que se inscrevam verbas de apoio comunitário para o horizonte 2020/2030.

Mais delibera, que Governo promova a realização de um estudo técnico fundamentado visando um duplo objetivo que é a caracterização e posterior requalificação das citadas estruturas hospitalares existentes e a caracterização de um futuro novo hospital a construir, considerando que as atuais estruturas têm de servir em moldes qualitativamente diferentes, pelo menos até à entrada em funcionamento do novo Centro Hospitalar.»

Carlos Policarpo (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, os seguintes votos:

«Um voto de pesar pelo falecimento do senhor Dr. Jorge D´Almeida Santos e Silva, Médico, antigo Delegado de Saúde no concelho de Peniche. Não sendo natural de Peniche, aqui dedicou o seu trabalho e empenho. Um homem estimado e reconhecido pela sua dedicação ao Clube e Movimento Rotary.»

«Um voto de pesar pelo falecimento de Aurélio Montenegro Araújo, antigo Diretor do Grupo Desportivo de Peniche, um amigo estimado, fervoroso adepto e defensor da prática desportiva.»

Associou-se ao voto de pesar pelo falecimento de Ricardo Jorge Ramos da Costa, elemento da Direção do Centro Social da Bufarda, já apresentado pelo senhor Deputado Ângelo Marques.

Tiago Gonçalves (PS):

Disse que:

Em relação à moção do novo Hospital Central do Oeste, gostaria de perceber, uma coisa que tem sido consensual ao longo dos anos, qual é o estado do estudo sobre a Saúde e para a construção do novo Hospital no Oeste, que foi encomendado pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, conforme noticiado, e que foi aprovado a sua realização e a abertura de concurso público, num Conselho Intermunicipal, realizado em outubro do ano passado.

Por outro lado, pretendia perceber se o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche tinha algum pensamento, sobre a localização do novo Hospital para o Oeste, à luz daquilo que são os interesses do concelho de Peniche, uma vez que, na sua opinião, esta questão ficou por esclarecer na moção apresentada.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Naturalmente se associavam aos votos de pesar e de louvor apresentados.

Gostaria de saber se o senhor Presidente da Mesa pretendia discutir as moções uma a uma.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que preferia que cada Grupo, em relação às Moções, se pronunciasse.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Iria começar pela moção do Hospital, porque, na sua opinião, sendo um tema que tem merecido sempre, e merece com certeza, a unanimidade da Assembleia Municipal, a urgência da necessidade de um novo Hospital, também deveriam ter consciência de que há processos a correr em paralelo. O senhor Deputado Tiago Gonçalves fez referência à abertura do concurso para a realização de um estudo e, em dezembro de 2020, na Assembleia Intermunicipal, onde esteve presente em representação da Assembleia Municipal, colocou, por três vezes, ao Presidente do Conselho Intermunicipal a questão sobre o motivo do atraso, em relação àquilo que tinha sido a decisão de encomendar o estudo, e ficou sem perceber a resposta, porque a invocação das decisões das Assembleias Municipais de que tinha de ser um concurso público, pareceu-lhe que havia uma falta de definição por parte do Conselho Intermunicipal, mas não só, também da ARS, de quais eram os objetivos do estudo que se estava a encomendar, ou seja, era preciso, primeiro, que a autoridade que poderá ordenar a construção do novo Hospital definisse que Hospital deveríamos ter. Adiantou que o estudo que se disse que o Governo deve fazer, na verdade está a ser feito pela Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Esta moção, para além de algumas gralhas que tem, pecava por coisas que, na sua opinião, pudessem ser aprovadas pela Assembleia Municipal, porque esta não delibera que o Governo promova a realização de um estudo, quando muito poderia recomendar ao Governo a realização de um estudo. Propôs, em relação à moção, que se for votada que seja com o compromisso de encontrar um texto que seja perfeitamente consensual e que não diga coisas que não faz sentido que diga e, se preferirem votar na próxima Assembleia Municipal, que já está marcada, iriam ter tempo de encontrar um texto que faça mais sentido que este, em relação a alguns dos assuntos que aqui são evocados. Está de acordo com a moção, mas, na sua opinião, o texto deveria ser melhorado, porque, para além de algumas gralhas, tem indicações que não será correto a Assembleia Municipal aprovar. Adiantou que estava de acordo, em relação à moção, e o Partido Social Democrata, em geral, tem sido sempre um defensor da renovação da linha do Oeste, em todas as instâncias.

Estava de acordo com o que foi dito pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha, relativamente à moção da eletricidade em baixa tensão, que já leu duas vezes e não consegue perceber. Admitiu que seja muito relevante, mas não consegue avaliar, e estaria a votar sem saber o que iria votar, que para si não seria um bom princípio. Crê que deveriam ter mais informação sobre a relevância, nomeadamente para o Município de Peniche, deste assunto.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

O Partido Socialista se associava aos votos de pesar apresentados.

Relativamente à moção da linha do Oeste, concordam, neste momento ela está a ser renovada em três fases, sendo que a última, entre as Caldas da Rainha e o Louriçal, seria no novo quadro comunitário, portanto, prevê-se que, em 2025, esteja concluída a intervenção na linha do Oeste.

Em relação à moção sobre o novo Hospital, obviamente, concordam com a construção do novo Hospital, numa lógica de que todos os Recursos Humanos

concentrados dariam uma melhor resposta àquilo que são os problemas de saúde urgentes e, também, de consultas de especialidade no Oeste, mas gostaria de dizer que o texto da moção, como referiu o senhor Deputado Ademar Marques, tem algumas falhas e deveria ser revisto, nomeadamente a frase do Bastonário da Ordem dos Médicos, um indivíduo que tem sido fonte de instabilidade durante uma crise pandémica como temos tido e não lhe parece acertado ter uma frase do senhor Bastonário da Ordem dos Médicos nesta moção. Salientou alguns investimentos que estão a ser feitos no Hospital de Peniche, que revela a importância que o atual Governo tem dado ao Centro Hospital do Oeste, mas também ao Hospital de Peniche, e o atual Conselho de Administração, nomeadamente o investimento de trezentos e quarenta e seis mil euros na remoção de amianto da cobertura do Hospital, concurso esse que foi lançado e está em fase de seleção do concorrente que efetuará a obra, o investimento de setenta mil euros para a requalificação da fachada do Hospital, concurso também lançado e em fase de seleção do concorrente que efetuará a obra. Referiu o investimento que foi feito no primeiro piso, na Medicina Interna, com mais vinte e uma camas de internamento, para além das camas existentes, mobiliário e outros equipamentos no segundo piso. Adiantou que o investimento a ser efetuado, a partir do segundo semestre deste ano, com a criação da Unidade de Psiquiatria, uma das quatro a nível nacional, que será instalada no primeiro piso, onde já ocorreu uma primeira renovação e que está no âmbito do Programa Nacional de Saúde Mental e terá uma capacidade entre quinze e vinte e cinco camas. Trata-se de um investimento muito importante no Hospital de Peniche, dando alguma especificidade ao mesmo e, em princípio, estará em funcionamento no primeiro semestre do próximo ano. Esta moção também revela que não se conhece o orçamento e plano de atividade de 2021-2023 do Centro Hospital, nomeadamente para o Hospital de Peniche. Deu conta que a cisterna iria ser reabilitada, com mais trinta mil euros, será remodelado todo o serviço do segundo piso, com quatrocentos mil euros, haverá a possibilidade de ter em Peniche Consulta de Pediatria na zona da Consulta Externa com dois médicos disponíveis para a nossa comunidade, o Serviço de Urgência Básica será reabilitado com cem mil euros, até 2023, e, também, a atual Consulta Externa, com dezassete mil euros. Achou estranho que a força política que governa a Câmara Municipal, que tem a obrigação de estabelecer parcerias com o Centro Hospital, como faz Caldas da Rainha e Torres Vedras, tenha apresentado uma moção destas.

Para atualizar os dados e aquilo que se tem passado e ir de encontro àquilo que disseram os senhores Deputados Tiago Gonçalves e Ademar Marques, relativamente àquilo que foi o estudo encomendado e que foi assinado em setembro de 2019 e não se conhecem os resultados, era preciso dizer que a senhora Ministra da Coesão Territorial esteve, esta semana, na Lourinhã e disse que os Presidentes de Câmara da região Oeste tinham que se decidir quanto à localização do novo Hospital, que parece ser o grande problema.

Poderiam rever a moção, encontrar um texto comum, porque, obviamente, o Partido Socialista defende um novo Hospital, querem um hospital que responda muito melhor àquilo que são os problemas da nossa população.

Para terminar, gostaria de enaltecer, uma vez mais, o trabalho dos profissionais de saúde do nosso Hospital, que apesar de não ser um Hospital Covid-19, muitas vezes arriscam-se a ser contagiados com este vírus.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):
Disse que:

Quanto à questão da Vila de Atouguia da Baleia, mais uma agência bancária a querer encerrar, merecerá a concordância de todos e as propostas que vão no sentido de responsabilizar a Administração do BCP, que, na sua opinião, deverá ser exigido que a agência funcione em Atouguia da Baleia e não encerre.

Em relação ao voto de louvor, obviamente, merecia a concordância da Coligação Democrática Unitária e sugeriu aos senhores Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal que, considerando que estes ou outros colegas estarão cá no 25 de Abril de 2022, no âmbito das comemorações, nesse dia seja atribuído uma condecoração adequada à pessoa. Sugeriu que fossem pensando qual seria a condecoração mais adequada, porque, de facto, aquilo que o ex-Furriel Carlos Cedoura fez merece esse reconhecimento por parte do Município de Peniche.

Relativamente à linha do Oeste, felizmente está no bom caminho, o da aposta nacional que tem de ser a da ferrovia, e isto coloca um problema, é preciso estudar a questão do transporte público entre Peniche e a Dagorda. Referiu que estavam a tempo de exigir esta ligação, porque a viagem será mais rápida, terá mais qualidade e as pessoas irão usar o comboio. Acrescentou que este transporte não seja mais um que tenha de ser o Município de Peniche a assegurar.

Sobre a questão do Hospital, colocar, neste momento, sob os autarcas a responsabilidade da localização não fazia sentido, quem tinha que decidir era o Governo. Perguntou se existem ou não critérios subjacentes para a decisão da localização, porque todos sabem que entre Alcobaça e Caldas da Rainha a luta é acérrima, e se lhe perguntassem onde deveria ficar o hospital diria Caldas da Rainha, inequivocamente, para Peniche seria mais central e não poderiam esquecer que Caldas da Rainha tem um Hospital de excelente dimensão, que tem de ter mais recursos humanos e mais equipamentos. Ainda, em relação à localização, todos sabiam que existem várias tentativas, uma para a zona do Bombarral e uma para a Zona de Torres Vedras, esta última mais preocupante, e mais uma vez esperava que os Municípios do Oeste consigam ter uma posição comum, os colegas da Assembleia Distrital certamente irão trabalhar nesse sentido, o senhor Presidente da Câmara de Peniche que está nos Municípios do Oeste dará o seu contributo e a sua opinião, mas, na sua opinião, Peniche deveria defender a solução que mais interessa ao Oeste, não a que mais interessa a A ou a B.

Relativamente às outras questões colocadas, nomeadamente o conjunto de votos de pesar, a Coligação Democrática Unitária associou-se aos mesmos.

Quanto à questão da EDP, da iluminação pública e da qualidade do serviço público, na sua opinião, não era difícil perceber, mas este tema é um dos mais importantes da atualidade, porque os portugueses estão a pagar a energia mais cara da Península Ibérica, têm atualmente um mau serviço, a iluminação pública não está a correr nada bem e, com este documento, há uma oportunidade através de uma concessão que está a ser negociada e, como se sabe, é nestes períodos que se deve integrar este conjunto de questões, daí esta moção fazer todo o sentido, para alertar e dizer que precisamos de um serviço de maior qualidade, que precisamos de pagar menos e que é preciso investimento.

Solicitou aos senhores Presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que seja presente uma informação à próxima sessão da Assembleia Municipal sobre os últimos investimentos feitos pela EDP no nosso concelho, nos últimos três anos, para que possam avaliar e verificar a razão de não haver luz em casa, em certas zonas do concelho, quando chove. Concluiu que aquela concessão tinha que dar mais exigência a quem a tem e a quem vai ganhá-la, quando for atribuída, e por outro lado querem ter um melhor serviço, de preferência mais barato para quem tem de pagar a luz toso os meses.

António Moniz (GCEPP):

Disse que:

O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche se associava à moção sobre o fecho da Agência do Millennium BCP, em Atouguia da Baleia e, na sua opinião, deveriam, de facto, fazer uma exigência junto dessa entidade bancária, porque não está em causa os interesses particulares do Banco, mas o serviço público que a banca deve prestar às comunidades mais desfavorecidas, porque estão relativamente isolados.

Relativamente aos outros votos, também se associam.

Em relação à moção acerca da construção do novo Hospital, obviamente, o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche também considera que não devem ser os Presidentes de Câmara a ter de decidir ou negociar a sua localização, essa função é do Governo em estabelecer condições e critérios para essa localização e desenvolver uma ligação direta com a Comunidade Intermunicipal do Oeste e com os Municípios envolvidos. O que se pede na moção é sobretudo, tendo em atenção o plano de recuperação e resiliência, que os investimentos previstos para o novo Hospital não sejam prostergados e esquecidos para períodos ulteriores, quando existem tomadas de decisão pela Oestecim para poder avançar nesse sentido, pelo que estava de acordo com o senhor Deputado Ademar Marques que, de facto, não tem sido muito clara a tomada de posição, ao nível da Comunidade Intermunicipal do Oeste, para avançar o mais rápido possível e pressionar o Governo, no sentido de disponibilizar o devido orçamento e os estudos compatíveis com este processo tão urgente. Referiu que, certamente, a localização de um grande Hospital, que abrange toda a Região Oeste, no centro da cidade das Caldas da Rainha, na sua opinião, não seria a melhor solução, mas esperava que houvessem critérios definidos e discutidos para que pudesse tomar a devida posição. Adiantou que não teceram considerações sobre as suas opiniões, enquanto Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, mas o que pretendem é que a Assembleia Municipal desenvolva a pressão para que o Hospital possa avançar.

Relativamente à proposta de moção da Coligação Democrática Unitária, sobre a rede elétrica, na sua opinião, é muito urgente que se fizesse pressão / exigência junto de quem detém a concessão para esta rede de baixa tensão, de modo a poder servir o interesse público e prestar um serviço público e, de facto, ele é de fraca qualidade e tem muitas deficiências, sobretudo, para as Freguesias Rurais, porque têm menos pessoas, estão mais isoladas dos centros de decisão, logo, são as mais prejudicadas com este tipo de posições de empresas de grande peso e de capacidade de decisão, mas que ignora regularmente as necessidades de populações mais desfavorecidas.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Relativamente à sucursal do Millennium BCP que encerrou, em Atouguia da Baleia, obviamente, o Partido Socialista irá votar favoravelmente a moção apresentada.

Em relação à moção pela construção do novo Hospital Central na Região Oeste, reitera aquilo que os senhores Deputados Henrique Estrelinha e Ademar Marques referenciaram, sobre a necessidade de trabalhar o texto para que ele seja consensual, portanto, propôs que pudesse ser apresentada a mesma moção, mas com uma redação um pouco diferente.

Sobre a questão das concessões da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade em baixa tensão, existem muitos aspetos da moção com os

quais o Partido Socialista está de acordo, aliás, a expressão: *“Reafirmar que a natureza do serviço e da sua universalidade em condições de igualdade em todo o território nacional”*, poderiam assinar por baixo, e quanto a algumas questões não há nada a apontar, mas quando se entra em questões de pormenor, de dizer o seguinte: *«Fixar, como mínimo da renda adicional anual oferecida em concurso, um valor equivalente a 20% do valor da renda anual contabilizada em 2019, ou, no caso deste ser igual ou superior, a 20% do valor faturado pela iluminação pública»*, na Assembleia Municipal de hoje não existe informação detalhada que os permitisse votar uma questão desta especificidade.

Henrique Estrelinha (PS):

Relativamente, ainda, à moção do novo Hospital, informou que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) não prevê a construção de novos Hospitais, o que prevê é a construção de novos equipamentos, portanto, no PRR nunca poderia ficar a construção de um novo Hospital.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Em relação ao Hospital, disse que, na sala, se encontravam cinco elementos que estão na Oestecim, quatro que estão na Assembleia Intermunicipal, pelo que solicitou ao senhor Presidente da Câmara, que se encontra no executivo, para prestar informações mais recentes sobre o novo Centro Hospitalar do Oeste.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

A forma como as questões foram colocadas fazia parecer que a Oestecim não queria avançar com o estudo, e não é verdade. A Oestecim pretende avançar, mas houve alguns problemas com os procedimentos e, provavelmente, não houve a coragem de assumir que deveria ter sido aberto a outras entidades, nomeadamente a Universidades.

Deu conta que esteve numa reunião, no dia 22 de abril de 2021, com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Carlos Bernardes, a senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa e o senhor Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Carlos Miguel, e ficou claro que quem tinha de decidir, e comprometeram-se a decidir, a localização do Hospital era o Governo. Há muito tempo que a sua posição é clara, e está pronto para votar, no entanto, admitia que internamente, em termos de Oestecim, se pudesse votar por escrutínio secreto. Adiantou que nada o impedia de referir que não concordava com a construção de um novo Hospital onde está, no centro da cidade de Caldas da Rainha. Tem a sua opinião, mas estima a opinião da população de Peniche e admitia, no extremo, que para decidirem bem poderiam fazer um referendo, independentemente de estarem mandatados ou não, porque, do que entendeu, não existem três ou quatro propostas, no essencial existem duas propostas fortes, Caldas da Rainha e Bombarral. Expressou que para si estava claro, interpretando aquilo que é a vontade de todos os autarcas e, provavelmente, da população, Peniche quer um novo Hospital, numa zona acessível à população, e entre o acessível, próximo da saída do IP6.

Estava preparado e, na sua opinião, deveriam desarmar completamente o Governo, não estar à espera que tome a decisão, até porque ficou combinado que deveriam respeitar o momento eleitoral que se aproxima e defender as posições de todos os Presidentes de Câmara envolvidos e, após as eleições vamos decidir, ou decide o Governo ou quem estiver como Presidente da Câmara. A senhora Ministra da Coesão

Territorial, Ana Abrunhosa, não tinha o direito de dizer o que os Presidentes de Câmara não querem decidir, querem, se o Governo não decidir, apesar da maior parte dos Presidentes entende que deve ser o Governo, mas ele próprio entende que se for para decidir que se decida e não tem que se exigir unanimidade a ninguém.

Tinham que defender que no Hospital de Peniche, continuem a funcionar um conjunto de valências hospitalares que são precisas. Quanto à questão dos serviços existentes hoje, e que poderão estar no futuro, Peniche terá direito de discutir.

Reuniu com o Conselho de Administração do Centro Hospital do Oeste, em julho de 2020, onde lhes apresentou, em nome da Câmara Municipal, um conjunto de questões, que responderam, portanto, todas as informações referidas pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha já as tinha, mas, porque respeita as Instituições entendeu não divulgar.

Ademar Marques (PSD):

Em relação àquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, não têm dificuldade em exigir, mas têm algum pragmatismo. Recordou o que aconteceu com o Banco Público, que também fechou, e por muito que se tivesse exigido e aí poderiam, enquanto órgão do mesmo Estado que detém aquele Banco Público, ter alguma legitimidade acrescida para exigir e não serviu de nada. Referiu que, na sua opinião, iriam melhor com diálogo, daí, no seguimento do que foi feito pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, ter-se sugerido sensibilizar para que se suspendesse uma decisão para se procurar uma alternativa, ou seja, escrever "exigir" não iria mudar uma vírgula, deve haver diálogo que permita encontrar uma solução.

Relativamente à localização do Hospital, sempre defendeu na Comissão de Saúde de que faz parte, e isso ficou no relatório aprovado, que deveriam haver critérios objetivos que permitissem sustentar a localização, mas parece-lhe evidente que quem tem de tomar uma decisão e dizer que população seria servida é o Ministério da Saúde, até porque a população pode não ser a que é hoje, e essa decisão tem de ser tomada por quem de direito e por isso, na última Assembleia Intermunicipal, disse que não fazia sentido estar a encomendar um estudo antes disso estar definido. Acrescentou que, primeiro, a Administração Regional de Saúde deveria ter dito, com localização ou não, qual a população a ser servida, quais as valências a ter, qual a dimensão, em termos de resposta a ser dada, e depois sim, em conjunto com a Oestecim, avançar, no entanto, crê que o caminho não estará a ser bem trilhado, mas esperava que o mesmo chegasse a bom porto. Independentemente disso, o senhor Presidente da Câmara disse que a população de Peniche exigia um novo Hospital, mas exigimos também que o nosso Hospital continue a ter as obras que irá sempre precisar, uma vez que o deixaram chegar a um tal estado que será preciso um investimento contínuo.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

A moção "Pela construção de um novo Hospital Central na Região Oeste" tem um título pacífico e algumas das sinalizações mencionadas, também, são pacíficas, mas o que foi pedido pelas Bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata é que, relativamente a algumas referências feitas na moção, pudessem ser melhoradas e após corrigida a moção seja presente na próxima Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Câmara falou numa questão que concordava, que é "ter em consideração o timing eleitoral que se avizinha" e que os senhores Presidente de

Câmara têm essa preocupação, portanto, é essa a preocupação que deveriam ter na Assembleia Municipal, em relação à apresentada e, por outro lado, muitos dos que se encontravam na sala, fossem do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata já assumiram em prol dos superiores interesses da população de Peniche, em marchas e outras manifestações e, portanto, relativamente à questão da Saúde, na sua opinião, sempre houve um consenso transversal entre todas as forças políticas que deve manter-se, mas há situações relacionadas com a forma como são apresentadas que têm de registar quando não estão da melhor forma.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

O Serviços Nacional de Saúde é muito importante para o país e o Hospital é, apenas, uma forma de atender as pessoas, trata-las e prestar a qualidade de vida que devem ter.

Relativamente à moção, poderia ser discutida hoje como na próxima Assembleia Municipal, porque ela tem o seu mérito.

A questão do Hospital para si era muito simples e era importante que os Hospitais como o de Peniche sejam valorizados, porque o novo Hospital não será construído em menos de dez anos e é preciso vontade política. Esta semana, no Parlamento, a senhora Ministra da Saúde falou de todos os investimentos, menos do Hospital do Oeste, porque não é prioridade, e entre a politiquice, a política e aquilo que deveria ser a Saúde, porque há zonas que têm milhões de pessoas, nas grandes metrópoles, e zonas como a nossa que tem milhares e as opções é sempre para os milhões, porque aquilo é construído, inaugurado, sujeito a avaliação política e eleitoral, logo, os votos vão para lá. A decisão teria de ser do Governo.

Referiu que todos poderiam expressar-se e, na sua opinião, o Outeiro não está de fora, e bastava ver os lóbis de Torres Vedras, o Bombarral no meio de tudo isto não lhe parecia solução, porque não tem rede de transportes. Quanto à questão de a localização ser Caldas da Rainha, que tem um conjunto de freguesias rurais, não haveria problema construir um Hospital, assim houvesse vontade, até porque ficaríamos mais próximos. Adiantou que o principal objetivo era criar condições para as pessoas chegarem ao Hospital que necessitam mais rápido, as famílias poderem ter a oportunidade de visitar as pessoas que, infelizmente, lá ficam e a Saúde servir tudo e todos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

O senhor Deputado Ademar Marques focou um aspeto que, na sua opinião, é central, o estudo foi proposto para tentar desbloquear internamente, dentro da Oestecim, uma questão política e, também, procurar retirar argumentos ao Governo. A questão é saber qual é a população, tal como o senhor Deputado Ademar Marques referiu, depois, deveria ser feito um pacto dizendo que todos os concelhos querem um Hospital, e partir desse momento, os Presidentes votariam, posteriormente, todos os Presidentes teriam que assumir e respeitar aquilo que o estudo possa diz aquilo que o estudo possa dizer evidenciando duas ou três localizações preferenciais ou ajustadas e, depois, votar, no seu entender, por escrutínio secreto, mas, havendo uma decisão maioritária, os restantes teriam que aceitar.

No seu entendimento deveria ser o Governo a decidir, mas se não o fizer antes do final do ano, deveriam exigir que as verbas sejam consignadas para o Hospital. Na sua

opinião, se existir vontade, provavelmente, não serão necessários dez anos. Afirmou que deveriam desarmar e tomar as suas decisões, em termos de região, e, posteriormente, o Governo teria que disponibilizar o dinheiro mesmo que entenda não ser prioritário.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que a mesa entendeu que as moções relativas à EDP e do Hospital necessitam de sugestões, pelo que voltará na próxima Assembleia Municipal. Solicitou aos senhores Deputados que as sugestões fossem enviadas aos proponentes das respetivas moções.

Ademar Marques (PSD):

Em relação à moção do Hospital, disse que faria as sugestões, quanto à da EDP, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei sugeriu que pudesse existir uma informação sobre o impacto que aquilo poderá ter no concelho, para poderem perceber o que está em causa. Referiu que esteve a ler e, na sua opinião, a Assembleia Municipal não se deveria colocar a exigir percentagens em assuntos que não dizem respeito à mesma, pelo que terá dificuldade em votar a favor de uma moção que diga isso, mas, numa matéria que não dominam, deveriam ter tempo para analisar.

Deliberação n.º 9/2021: Submetida a votação, foi a moção pela manutenção da agência do Millennium BCP na Vila de Atouguia da Baleia, apresentada pela bancada do Partido Social Democrata, aprovada por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor.

Deliberação n.º 10/2021: Submetida a votação, foi a moção por uma Linha do Oeste Integralmente requalificada e funcional, apresentada pela bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, aprovada por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Presidente de Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Em primeiro lugar gostaria de saudar os profissionais de Saúde que, na sua opinião, têm feito um trabalho extraordinário. A pandemia veio demonstrar as dificuldades que o país tinha no Sistema Nacional de Saúde, onde é necessário investir muito dinheiro para proporcionar a qualidade de vida que todos pretendem ter.

Pretendia deixar uma crítica, bastante clara e inequívoca, ao processo de vacinação. Primeiro, achava inadmissível Peniche ter um Pavilhão como o Dom Luís de Ataíde e não ser utilizado para a vacinação, permitindo que as pessoas pudessem ser vacinadas convenientemente, não estando ao frio, à chuva e ao sol, pior, é ainda mais inacreditável que a responsável da Saúde desta região não tenha aceite, segundo soube, essa mesma proposta da Câmara Municipal.

Mais grave era encaminhar as pessoas, particularmente idosas, para o Bombarral, porque, como se sabe, veio uma orientação da senhora Ministra da Administração para

que as Juntas de Freguesia ajudassem os idosos a fazer a inscrição para a vacinação, e bem, o problema é que, no Oeste, os concelhos que aparece como escolha de localização são: Caldas da Rainha ou Bombarral, então Peniche perdeu o estatuto que tinha, é assim que se valoriza o nosso Hospital e o Centro de Saúde, e isto merece uma atitude crítica da parte da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.

Tem sido política dos responsáveis da Saúde desconcentrados, desvalorizar as extensões de Saúde. A pandemia veio demonstrar à evidência a sua importância e, também, que estas extensões são precisas com outras condições para as pessoas, desde logo para os profissionais que lá trabalham. Referiu que os quatros Presidentes de Junta de Freguesia de Peniche, Ferrel, Serra d'El-rei e Atouguia da Baleia fizeram um trabalho, porta a porta, porque nas extensões não sabiam os números de telefone das pessoas, o que tem provocado, da parte das Juntas de Freguesia, um esforço suplementar para ajudar muita gente.

Em relação ao Hospital, gostaria de sugerir ao senhor Presidente da Mesa que a discussão deste assunto fosse colocada como ponto na ordem de trabalhos, porque existe um estudo sobre o Hospital de Peniche. Expressou que não pretendia ter o Hospital transformado num local, com o devido respeito pelos doentes, onde as pessoas vêm para Peniche porque existem vinte e uma vagas para a Área da Psiquiatria, quer um Hospital digno, com valências para as pessoas.

Sobre o Serviço de Urgência Básica, ele existe, mas não está bem, há muitas reclamações, que ao mínimo encaminha os doentes para Caldas da Rainha ou para Lisboa, e não é este o Hospital que pretendem, querem qualidade e teme que ela vá desaparecendo.

Estava indisposto com a EDP, primeiro porque esta se transformou num mau serviço, em termos de atendimento telefónico, e com a iluminação pública tentam, todas as semanas, chamar à atenção que há candeeiros desligados. Referiu que precisavam reunir rapidamente com a EDP, até porque já o tinha solicitado.

Sobre Rede Viária, perguntou se o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento já avaliou o estado em que se encontrava a estrada que vai da rotunda da Serra d'El-Rei aos Casais de Mestre Mendo, porque tem dezasseis buracos de grande dimensão, resultado de intervenções por avarias na conduta.

Relativamente à estrada Serra d'El-Rei - Béltico, lembrou que o senhor Presidente da Câmara referiu nos últimos três anos e meio coisas diferentes, primeira, que estava a reunir com Óbidos para se encontrar uma solução, segunda, que tinha uma solução que passaria por um investimento na estrada e que oportunamente iria a reunião de Câmara, terceira, que talvez não houvesse dinheiro para fazer a estrada toda e que iria fazer apenas as curvas e contracurvas. Perguntou se ainda iria haver alguma coisa reparada e pavimentada.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que:

Em primeiro lugar, sobre a campanha que está a decorrer para fechar o saco do lixo antes de ser colocado no contentor: *"Trate do lixo em 3 tempos"*. Referiu que, sensivelmente, há trinta anos atrás, a própria e outros jovens desenvolveram a mesma campanha, promovida pelo Executivo Municipal de então, portanto, na altura andaram porta a porta a explicar às pessoas como deveriam proceder, porque, na altura, a Câmara Municipal queria fomentar a recolha porta a porta, e aproveitou-se para sensibilizar para a questão dos contentores. Desde então, muita coisa mudou e, em regra, os hábitos e os

comportamentos das pessoas melhoraram e, obviamente, também aumentou o nível de exigência de todos. A nota que gostaria de deixar é que lhe parecia lamentável que a Câmara Municipal desenvolva campanhas que eram pertinentes há trinta anos atrás, porque há muito para falar no domínio do ambiente e, também, no que se refere ao particular de recolha de resíduos sólidos, apesar de perceber que ainda hoje haja necessidade de corrigir comportamento, contudo, essa necessidade não seria a resposta adequada, não seria a sensibilização das pessoas, pelo menos numa campanha com esta expressão, esses comportamentos teriam de ser corrigidos de uma outra forma e teria que haver vontade política para a executar. Relativamente, ainda, à falta de pertinência desta campanha, como campanha principal, seria também para aqueles que nos visitam, no fundo, aqueles que querem cativar e que saiam com uma ideia muito positiva do concelho de Peniche, de um concelho muito dinâmico, não seria andar trinta anos para trás. Adiantou que se o senhor Presidente da Câmara fizesse campanhas da instalação de postos de carregamento para carros elétricos, por exemplo, e falasse da descarbonização, se falasse de estudos para rega com água residual tratada, por exemplo, e falava da economia circular, enfim, se falasse destes conceitos atuais, sim, parecia-lhe pertinente, porque não só estaria a preparar a mentalidade das nossas gentes como, também, daqueles que nos visitam dando uma ideia de um Município para a frente e não para trás. Recordou que falou, há tempos, da “Bazuca”, Plano de Recuperação e Resiliência, e parte dos fundos baseiam-se nestes conceitos mais atuais da Área de Ambiente e exigem esta nova mentalidade. Reforçou que a mentalidade de há trinta anos não devem servir os propósitos de um Município que se quer afirmar, sob pena de não passar desta fase.

Em relação a um artigo escrito na Voz do Mar, de 14 de maio de 2021, sobre a Nau dos Corvos, o senhor Presidente da Câmara referiu que “*o restaurante Nau dos Corvos era um bom exemplo de gestão municipal no nosso concelho das últimas décadas, incluindo, neste mandato*”. Confessou que quando terminou de ler aquela frase pensou que ali estava um bom exemplo de como se resumia um tema complicado, mas, ressaltou, um mau exemplo a chavões populistas. Primeiro ponto, ata n.º 28/2018, da reunião de Câmara de 05 de julho de 2018, declaração de voto dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, que leu: “*Concessão Nau dos Corvos - Este processo arrasta-se há anos e a Câmara Municipal no mandato anterior e o concessionário do restaurante Nau dos Corvos nunca chegaram a um acordo ...; Existe uma dívida avultada do concessionário ...; Constatou que, em dois anos, passou de um caso falhado a um caso de sucesso, porquê não percebeu, o que percebeu foi que na mesma ata é referido que a dívida em maio de 2017 era de cerca de oitenta e cinco mil e quinhentos euros, mas com certeza o senhor Presidente da Câmara explicaria. Segundo ponto, a gestão que Câmara Municipal faz das suas concessões é, em regra, na sua opinião, insatisfatória, e na Assembleia Municipal isso já foi apontado diversas vezes, não só pelo Partido Social Democrata como também por outras bancadas, diria inclusive, que fazia uma gestão que é de desprezo, porque parece não querer saber das receitas que poderiam advir dali para o Município. Adiantou que gerir as concessões municipais com o propósito de potenciar os locais ou os serviços a que se referem e extrair a máxima rentabilidade era objetivo de qualquer Presidente de Câmara. Referiu que a Câmara Municipal não o fazia há muito tempo, conforme, aliás, os membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche o afirmaram, e bem, e poderia inclusive enumerar alguns exemplos de concessões, mas esse não era o foco da sua intervenção, até porque outros Deputados o têm feito, e fizeram-no bem, e já tiveram a oportunidade de o discutir na Assembleia Municipal. Ponto três, se a condução do processo da Nau dos Corvos é considerada um bom exemplo, deitava mãos*”

à cabeça, porque se deixar um dos locais mais emblemáticos do concelho nas condições em que tem estado como um exemplo para o que quer que seja, ficavam preocupados, mais ainda, ficaria preocupada se aquela afirmação é feita pelo Presidente da Câmara Municipal da sua terra. Disse, ainda, que se permitirem que uma concessão camarária tenha chegado ao ponto que chegou, referindo-se à dívida, e se considerarem que isso é um bom exemplo de gestão não saberia se existiam maus gestores, todos seriam bons. Ponto quatro, propostas de requalificação do espaço do restaurante e, também, da envolvente, são sem dúvida necessárias e, na sua opinião, todos defenderiam este ponto, mas ao ver as fotos que o senhor Presidente da Câmara partilhou na Voz do Mar, lembrou-se de uma célebre piscina de ondas, um projeto que apareceu num momento muito oportuno, também num período pré-eleitoral, que foi amplamente divulgado, mas nunca ninguém chegou a mergulhar nelas. Acrescentou que saudava a existência de propostas de requalificação da concessão da Nau dos Corvos, e apelou para que aquela requalificação fosse alargada a todo o recinto, dada a importância que tem no nosso concelho. Aproveitou para questionar em que fase estava o projeto, quais os valores envolvidos e qual o montante em dívida do anterior concessionário e de que forma seria resolvida a situação. Refutava, veemente, a forma como o senhor Presidente da Câmara se dirigiu aos munícipes naquele escrito, relativamente ao exemplo proferido. Considera que é um mau exemplo de comunicação, e que lhes dá a eles, leitores e interessados pela vida coletiva, por tolos, e como o senhor Presidente da Câmara disse há pouco, e muito bem, em política não deve valer tudo.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Disponibilizaram o Pavilhão Dom Luís de Ataíde e outros recursos e, numa fase seguinte, existia um acordo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, se fosse necessário, para utilizar o espaço e alguns dos seus recursos. Indicou que ficou desagrado com a reabilitação do Centro de Saúde de Peniche que, na sua opinião, foi uma má opção, porque poderia ter sido feito um Centro de Saúde com outras condições, nomeadamente em termos de áreas para os médicos e profissionais, mas também para os utentes, e a forma de acesso, que é um dos problemas. Referiu que estiveram sempre à frente, em relação à disponibilidade com o ACES, com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste, particularmente com a senhora Presidente, e com o senhor Delegado de Saúde, relativamente à Covid-19, inclusive, inicialmente, no que diz respeito ao rastreio e ao acompanhamento das pessoas infetadas com a Covid-19 reagiram negativamente, mas depois, felizmente, o Município chegou a disponibilizar cerca de dez funcionários a acompanhar e estiveram duas funcionárias, durante muito tempo, a assegurar os testes nas instalações existentes na Prageira. Deu conta que reuniu, esta semana, por videoconferência, com a senhora Presidente do ACES, disponibilizaram-se, novamente, apresentaram diversas propostas, mencionaram, novamente, a questão do Pavilhão, referindo que considerava as condições indignas, uma vez que a população estava muitas vezes exposta ao sol e à chuva, mas há um conjunto de argumentos que não poderiam combater. Por outro lado, há o problema da duplicação, da parte de alguns serviços, na convocatória da população para as vacinas, o que acabava por destabilizar todo o sistema.

Em relação à ida de utentes da Serra d'El-Rei e de Atouguia da Baleia para o Bombarral, foi informado que, na primeira fase, as pessoas eram convocadas, mas não eram obrigadas a ir, na segunda fase, percebeu que a situação era mais complicada e as

peças entendiam que tinham de ir, pelo que solicitou à senhora Presidente do ACES para deixar de o fazer.

Sobre a marcação das vacinas e elaboração de contactos, para além das Juntas de Freguesia, também a Câmara Municipal, particularmente a área Social, o tem feito.

Em relação à EDP, não se recordava de ter sido solicitada uma reunião com esta entidade, mas a situação poderia ser ultrapassada através de um serviço recente que permitirá às Juntas de Freguesia fazê-lo diretamente, caso os senhores Presidentes de Junta de Freguesia entendam aceitar esta responsabilidade. Acrescentou que, todos os investimentos de rede pública que propuseram à EDP, neste mandato, têm sido aceites.

Relativamente à questão do asfalto entre a rotunda da Serra d'El-Rei e os Casais de Mestre Mendo, solicitou a sua avaliação, porque existe uma situação na entrada dos Casais de Mestre Mendo que, mesmo sendo dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, pensavam conseguir, junto da empresa que efetuou aquela obra, a sua retificação. Expressou que toda a rua central que atravessa os Casais de Mestre Mendo teria de ser intervencionada, e estava no plano de asfaltamento.

Sobre o Béltico, desde o início, foi adquirido um cilindro novo, uma caldeira nova, uma Bobcat, uma giratória pequena, uma pavimentadora e aguardam a chegada de dois camiões para que a equipa fique, finalmente, operacional. Referiu que achavam ter dinheiro para investir na rede viária, no entanto, perceberam que, com meios próprios, não o iriam conseguir fazer e chegaram à conclusão que não tinham a verba necessária para fazer as empreitadas, não conseguindo por esta via, tentaram a via do empréstimo, mas atualmente estão a aguardar. Não sabia até que ponto poderiam ir executando, ou porque acabaria o dinheiro para as massas asfálticas ou porque fizeram o que seria essencial em todo o concelho, mas o Béltico teria de se fazer.

Relativamente à campanha, eram opções, é um sentimento que têm que lhes continuava a criar problemas, muitas pessoas não fecham os sacos e outras que nem sequer os usam, e pode dizer-se que é infantil, que voltaram trinta anos atrás, mas há muita coisa em que isso não aconteceu. Deu conta que nesta área iriam receber três camiões novos. Expressou que, em 2018 e 2019, andaram a discutir, internamente, a teoria das campanhas, em 2020, entenderam colocar um ponto final e decidir o que fazer. Em relação à limpeza, à formação e à sensibilização das pessoas, deu conta que foi elaborada uma história para crianças e distribuída nas escolas que, na sua opinião, este seria um dos caminhos. Disse, ainda, que campanha vergonhosa era aquilo que se fazia nas redes sociais e, mesmo sendo verdade a dificuldade que é a deservagem, o contributo negativo e contrário àquilo que desejavam em relação à mesma e

Sofia Barradas (PSD):

Disse que:

O facto de o senhor Presidente da Câmara dizer que tem opinião, mas não a daria, que tem bases, mas não iria partilhar, este tipo de narrativa não é minimamente produtiva para o concelho, porque o senhor é o Presidente da Câmara. Referiu que a narrativa constante do não dar, do estar a estudar, do não ter tempo, quase após quatro anos de mandato, e sendo que o senhor, quando se candidatou a Presidente de Câmara, não era propriamente uma pessoa estranha à realidade de Peniche, aliás, era da mesma força política de quem foi Executivo Municipal de Peniche, durante doze anos, foi Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, e se alguém sabia ao que vinha era o senhor. O senhor Presidente da Câmara referiu que estava com problemas que vinham de há anos atrás, com certeza, o senhor e todos os outros Presidente de Câmara, e com o tipo de narrativa

que adotou fazia dos seus antecessores uns verdadeiros milagreiros, porque com os recursos que tem, ou em alguns anos menos, conseguiram fazer mais e não passaram a vida neste queixume.

Relativamente à Nau dos Corvos, não percebeu se eram dois estudos prévios ou não, se foi a custo zero não interessava, o que quer é requalificar aquele espaço, pague-se o que tiver que se pagar, arranjem-se fundos comunitários, porque esse é o papel do Presidente de Câmara. Relembrou que a questão colocada foi sobre o valor dos estudos prévios, mas no sentido de fazer, saudava encontrar soluções e estaria com o senhor Presidente da Câmara, como sempre, relativamente a isso. Mencionou que, em relação às fotografias disponibilizadas, não estava convencida de que fossem soluções, mas não a estão a incomodar, o que quer é que elas venham a ser realidade e que não sejam como os mergulhos nas piscinas de ondas.

Em relação à campanha, sendo da Área de Ambiente, naturalmente, era muito sensível a esta questão e, uma vez que tem o placard em frente à sua varanda, todos os dias olha para ele e, obviamente, que dado todo este historial, fazia a sua reflexão todos os dias. Indicou que, como Deputada Municipal, achou pertinente dar esta nota, porque gosta que o seu concelho desenvolva slogans que sejam, de facto, para a frente, que acordem os que aqui vivem e, também, os que nos visitam, e que façam com estas pessoas pensem que nós somos dinâmicos e que queremos fazer. Quando falou do exemplo dos carros elétricos não foi pela questão da instalação ou não de postes de carregamento elétrico, apesar de ser defensora disso, mas na sua intervenção não defendeu a construção de postes de carregamento, pretendeu dar um exemplo de que deveria desenvolver slogans que gerassem proatividade, que mostrassem um certo dinamismo, que não vê. Referiu que não falou em “deservagem”, não falou em máquinas e em recursos da Câmara Municipal, não falou dos técnicos que são bons e que são maus, porque não lhe interessa nada disso, isso é gestão do senhor Presidente da Câmara, e, também, não falou que a limpeza estava pior, o que emitiu foi uma opinião sobre a pertinência, dada a dimensão da campanha, e não haver quase campanhas deste tema, quando há outros que lhe parecem mais oportunos e pertinentes neste momento, e nada tinha que ver com design do cartaz e outros materiais de informação existentes na campanha que, na sua opinião, estão bem conseguidos, tinha que ver com o teor, com o olhar para a frentes e saírem finalmente da fase de adolescência.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Relativamente à história que a Câmara Municipal fez para os meninos da escola, como o senhor Presidente da Câmara referiu, deu os parabéns pela história que foi feita antes do Natal. Adiantou que, na sua opinião, esta não estava ao mesmo nível da outra, primeiro, porque tem um texto demasiado denso, que não está direcionado para as crianças, quando muito estaria direcionado para os pais, para dizer que a Câmara Municipal tem feito um trabalho excecional em relação ao lixo, o que sabiam não ser totalmente verdade. Para além disso, na sua opinião, há um esquecimento muito injusto para aquilo que é o trabalho das Juntas de Freguesia, porque, no livro, quem faz a limpeza em todo o concelho é a Câmara Municipal e, como sabem, essa não é a realidade do nosso concelho, portanto, crê que há uma grande injustiça para com as Juntas de Freguesia que lamentava.

Em relação à Nau dos Corvos, o senhor Presidente da Câmara disse uma coisa “eu acredito”, mas não basta acreditar, é preciso saber fazer e fazer bem, porque

encomendar, a custo que seja, projetos para depois colocar fotografias no jornal, não levava a lado nenhum, é preciso abrir concursos, encontrar quem apresente soluções e decidir o que se vai fazer, apenas ter projetos, sem se saber de onde, virem soluções que são apresentadas, que não são votadas e vão parar ao jornal, isso é uma coisa própria das campanhas eleitorais, mas não é da gestão autárquica. Disse, ainda, que aqui, o que havia a fazer, era gerir bem o dinheiro público e geri-lo bem não era andar a gastar tempo a convidar empresas, era fazer as coisas como deve ser, abrir os concursos, convidar as pessoas a apresentar os seus projetos e fazer-se a seleção dos mesmos, até porque há uma lei que define o que tem de ser feito e ela é para cumprir. Apelou para que as coisas, de facto, aparecessem feitas, não apenas na Voz do Mar.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Em Ferrel já existe serviços de CTT, durante todo o dia, e aproveitou o momento para agradecer ao senhor Vice-Presidente da ANAFRE.

Continuava sem perceber por que razão as sessões da Assembleia Municipal não são anunciadas e transmitidas na página do Município.

Passaram sete meses desde a última reunião da Comissão de Acompanhamento do PDM e seis meses desde a última vez que o assunto foi a reunião de Câmara, onde foi apresentado um cronograma mais realista que o remetia para abril de 2022 e não para o final do mandato como o senhor Presidente da Câmara ia referindo. Em relação a este assunto, disse, mais uma vez, que, há cerca de seis meses, enviaram um ofício alertando para o facto de faltar, ainda, correspondência trocada com a Junta de Freguesia de Ferrel, no site do Município, nomeadamente a primeira e a última que faz toda a diferença, e o que lá está deturpa a realidade, porque não consta a última resposta do Município e não está o primeiro ofício da Junta de Freguesia de Ferrel, que foi enviado em 04 de janeiro.

Era necessário realizar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, preferencialmente com público, num espaço amplo e aberto, conforme foi solicitado pela petição e pelas três mil pessoas.

Na informação escrita da Câmara Municipal não se apercebeu de estar mencionado o abate feito no Pinhal Municipal e gostaria de saber o motivo de não constar, até porque, na sua opinião, deve saber-se. Indicou que foram vendidos dois talhões, através de um procedimento que não percebeu, apenas deram conta depois da data da Hasta Pública, porque não houve publicitação. Referiu que o Pinhal Municipal continuava em risco de incêndio, continuavam a estar amontoados sobrantes, das poucas limpezas que iam sendo feitas pelos Sapadores, e continuava a estar em monte mato seco, que é pior do que estar lá verde. Expressou que estão muitas zonas por limpar e, como já disse em outras alturas, aquilo deveria ter tido, primeiro, uma intervenção diferente e só depois uma equipa de Sapadores para manter, mas assim não seria possível contratar, em tempo, uma equipa de Sapadores para ter mais umas famílias a votar. Adiantou que, pelas palavras do senhor Presidente da Câmara, a Junta de Freguesia não tem competência para gerir o Pinhal, mas geri-lo, deixando bidons espalhados, vendendo trinta mil euros de resina e duzentos milhões em madeira nos talhões, era fácil gerir e, também, era fácil comprar pavimentadoras, porque a última gestão da Câmara Municipal fez muitos asfaltamentos e não vendeu nenhum talhão do Pinhal.

Em relação às obras na sala do ATL da Escola Primeira, que o senhor Presidente da Câmara pensava já estarem feitas, não foram sequer começadas, mas na informação escrita, na área da Educação, diz "*as obras nas escolas são uma prioridade do Município*".

Gostaria de solicitar uma informação acerca das obras no centro de Ferrel e da obra de ampliação do Cemitério de Ferrel. Aproveitou para lembrar que sugeriu fazer-se uma reunião específica sobre estas matérias. Perguntou qual o ponto de situação do parecer que iria ser solicitado à CCDR.

Os asfaltamentos indicados no Boletim Municipal, não são os corretos, e era preciso perceber onde está o erro.

Na última reunião pública da Câmara Municipal, relativamente a contratos de obras da Freguesia de Ferrel, foi proferido que tinham que ver com asfaltamentos, certificou que nada tinha que ver isso, teve a ver com atrasos.

Os asfaltamentos não eram feitos em concordância, pelo menos na Freguesia de Ferrel, nem tendo por base todos os relatórios enviados e as sugestões feitas pela freguesia.

Na informação escrita da Câmara Municipal refere que a massa a frio vai para todo o concelho. Lembrou que não vai para Ferrel.

O senhor Presidente da Câmara falou nas campanhas vergonhosas do Facebook. Perguntou se se lembrava por que razão disse que silenciou o assunto das cabras e porque motivo disse que haviam interesses no PDM.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

O processo de vacinação no concelho de Peniche tem sido algo que tem corrido muito mal e é urgente encontrar uma solução. Referiu que achava estranho que concelhos como os de Alcobaça, Caldas da Rainha e Óbidos terem um pavilhão para a realização da vacinação, por que motivo não permitiam que Peniche fizesse o mesmo.

O senhor Presidente da Câmara ficou de enviar o cronograma relativo do quartel da Guarda Nacional Republicana. Saudou o facto de se ter encontrado uma solução para alojamento de guardas que não são do nosso concelho, contudo, falta resolver o problema que é construir o novo quartel em Atouguia da Baleia.

Solicitou alguns documentos na sessão da Assembleia Municipal, de 16 de março de 2021. Indicou que alguns deles já recebeu, agradecendo desde já aos serviços pelo envio dos mesmos, mas faltava receber os documentos sobre a reposição da estátua de homenagem ao Pescador e, também, o ponto de situação da transferência de competências da Área Portuária para o Município. Relativamente aos documentos que recebeu, sobre a 2.ª Fase do Fosso da Muralha, indicou que tinha a ideia de que seria instalada uma rotunda na zona do Intermaché para dar aceso à zona reabilitada. Disse que desconhecia o motivo da alteração que, na sua opinião, seria uma boa forma para fazer fluir o trânsito. Perguntou qual o motivo de a mesma não estar apresentada no projeto.

Em relação à concessão do Sportágua, era um processo pouco transparente, uma vez que o concessionário é sempre o mesmo, não há concurso, porque é sempre tratado em cima da hora, pelo que este processo deveria ser alterado.

Foi efetuada uma reabilitação ao terminal de Autocarros da cidade de Peniche, em 19 de agosto de 2011, com um investimento de 260.000 euros, acrescido do IVA, e uma participação de Fundos Comunitários na ordem dos 85%, mas a verdade é que aquele espaço está, hoje, novamente degradado. Indicou que não era uma boa imagem e seria importante melhorá-lo rapidamente.

Gostaria de obter um ponto de situação, em relação ao processo do senhor Augusto Marcos dos Santos, sobre a reclamação de construções ilegais junto à sua

moradia.

Tinha ideia de que na cidade já não se fazia pulverização com químicos nas ruas. Referiu que desconhecia o produto usado, mas, no dia 25 de março de 2021, junto à Igreja de São Pedro, havia um cheiro muito intenso a lixívia. Solicitou esclarecimentos.

Mariana Rocha (CDU):

Disse que:

Em primeiro lugar, gostaria de se congratular com a recuperação da rotunda, em Ribafria. Em relação à rotunda dos Bolhos não poderia fazer o mesmo, porque ainda continua por pintar.

A população tem demonstrado algum descontentamento, relativamente à obra que foi realizada nos Bolhos, na área do saneamento. Deu conta que lhe tem sido transmitido por alguns populares que a obra ficou com algum défice e há três moradores que estão impossibilitados de passar o esgoto para aquela rede, uma obra tão desejada pela população. Perguntou o que se passava em concreto.

O muro envolvente à Escola Primária da Bufarda está em mau estado. Indicou que o muro está bastante estalado, tem a protegê-lo baias, há já alguns meses, quer no pátio da escola, quer do lado de fora, junto ao passeio, porque existe o perigo de ele derrocar a qualquer momento. Perguntou se estava prevista a obra e para quando.

Há falta de médicos no Centro de Saúde de Atouguia da Baleia. Referiu que, recentemente, existiam três médicos, no entanto, uma médica saiu e sabe que um dos que ainda lá permanece, está muito próximo de findar a sua carreira profissional, com toda a legitimidade, e corre-se o risco daquele Centro de Saúde poder vir a fechar por falta de médicos. Questionou se estava previsto ser colocado, rapidamente, um médico para o lugar do que saiu.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (CGEPP):

Disse que:

Em relação ao PDM, na fase em que estão não fazia sentido, na sua opinião, reunir a Comissão de Acompanhamento, porque na última vez que reuniu deu os seus contributos que, no essencial, foram contemplados. Indicou que as tarefas que estão a ser desenvolvidas tinham que ver com a REN e a RAN, a CCDD, uma empresa que presta serviços à Câmara Municipal e, também, o Gabinete Técnico. Expressou que a Covid-19 os prejudicou, porque reunir por videoconferência, em algumas situações, é diferente, mas, na sua opinião, estão na fase crucial daquilo que é a definição das propostas do Presidente da Câmara, bem como das pessoas que com ele trabalham, relativamente ao PDM, e a discussão com a equipa externa, para procurarem chegar a um documento final, em termos de regulamento, mas não só, para começarem a decidir. Quanto à correspondência, indicou que despachava praticamente tudo o que lhe chegava, mas teria de verificar pois não tinha a certeza se despachou este assunto.

Sobre a reunião extraordinária, confirmou que ficou combinado, mas, na sua opinião, ela deveria ser realizada a partir do momento em que se conheça o regulamento e as propostas para se perceber, em termos de agricultura e das formas de licenciamento, porque poderá ser diferente do que se possa pensar. Acrescentou que uma das falhas existentes tem que ver com a partilha das plantas das zonas urbanas, que os condiciona a todos a poder fazer a alteração em alguns índices.

Relativamente ao abate dos talhões no Pinhal, estava a cumprir o Plano de Gestão do Pinhal que foi aprovado, por unanimidade. Referiu que os técnicos disseram que não

se podia fazer resinagem e, nos últimos dois anos, não tem sido feita. Expressou que, há muitos anos, o Pinhal não era limpo como foi nos últimos anos. Confirmou que a equipa de Sapadores esteve parada, porque estiveram em formação e o objetivo principal desta equipa é manter o Pinhal limpo.

As obras nas Escolas têm sido, efetivamente uma prioridade, mas a bora que foi combinada para a Escola Primária de Ferrel não se conseguiu fazer, assim como outras, no entanto, iriam analisar se conseguiam ou se haveria outra decisão.

Em relação ao centro de Ferrel, há um projeto aprovado, que foi condicionado com as posições da Junta de Freguesia e a obras ainda não avançou, porque estavam a aguardar que a equipa acabe outra obra, mas se a Freguesia de Ferrel não quiser lá a Câmara teria de o assumir. Em Ferrel as dificuldades existentes são os alinhamentos, o próprio ordenamento das ruas.

As Indicações dadas é que quando há massa a frio se deve comunicar com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que devem levantar com organização e algum controlo.

Relativamente às cabras, interveio na primeira fase quando foi comunicado que havia a necessidade de ir ao local a Médica Veterinária, posteriormente, o que fez foi solicitar que o relatório produzido fosse analisado juridicamente, a partir dali tomou as suas próprias decisões. Quanto à comunicação que fez sobre os glifosatos, e que poderia não ter feito, saiu, saiu. Afirmou, solenemente, que nunca neste processo, ao contrário do que tem sido dito, convidou o proprietário das cabras para vir falar consigo, aconteceu precisamente o contrário.

De facto, o processo de vacinação era muito estranho, porque na verdade a Câmara Municipal ofereceu um espaço para vacinar as pessoas.

A disponibilização do cronograma da Guarda Nacional Republicana pode ter sido uma falha, uma vez que ele está elaborado há algum tempo, mas assim que for atualizado será disponibilizado. Deu conta que o contrato está na conservatória em análise para ser assinado.

Em relação à transferência de competências da Área Portuária, há um acordo entre o Município e a Docapesca que foi enviado aos senhores Ministros e um deles não assinou. Indicou que a versão existente é que há um senhor Ministro que quer colocar em causa aquilo que vem transferido para o Município, ou seja, quer fazer uma estimativa do valor.

Relativamente à rotunda, não tinha a certeza, mas foi uma opção da Câmara Municipal, em termos de avaliação. Afirmou que, ele próprio, tinha dúvidas se seria melhor fazê-la ou não, mas também admitiu que se ela não fosse feita agora, poderiam fazê-la em qualquer momento.

Sobre o Sportágua, não era uma questão de clareza, até porque não conhecia os arrendatários. Referiu que o assunto deu alguma discussão no primeiro e no segundo ano, mas procuraram encontrar uma solução e a verdade é que, quer no ano passado, quer este ano, foi a Câmara Municipal que pediu aos arrendatários que ficassem com o espaço que, neste caso, provavelmente é positivo. Expressou que se fosse Presidente de Câmara, após as eleições, uma das coisas que terão de discutir, na sua opinião, é a questão da concessão ou não do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche que deve incluir o Sportágua e, com algumas condições, a cafetaria e o supermercado, mas tudo teria de ser bem avaliado quando se proceder à Hasta Pública.

De facto, é muito triste ter o terminal da rodoviária daquela forma, bem como outros equipamentos da responsabilidade da Câmara. Indicou que estão a aguardar que

haja possibilidade para fazer uma empreitada.

O processo do senhor Augusto Marcos era uma questão jurídica. Informou que o processo foi enviado para os interessados e os senhores Vereadores da Câmara, também, têm a informação que resultou de uma exposição elaborada pelo interessado.

O produto pulverizado nas ruas é lixívia, igual à que utilizaram para limpar na altura da Covid-19. Deu conta que se tratava de uma experiência, que poderá não dar os resultados que esperavam, e estão a experimentar outros materiais até conseguirem algum resultado.

A rotunda dos Bolhos tem que verificar o que poderia fazer.

Aquele saneamento foi pensado, essencialmente, para as casas que colocam o esgoto na regueira que dá para a Albufeira, mas há casa que foram construídas em quotas que não dão a inclinação para ir à estação elevatória, que é natural as pessoas fazerem, e a maior parte das pessoas não está habituada, pensam que é a Câmara Municipal que tem de fazer. Referiu que quando se faz uma casa que, por gravidade, não vai para o sistema, o proprietário terá de colocar uma estação elevatória.

O muro envolvente da Escola da Bufarda está sinalizado, mas enquanto as aulas não terminarem não se avança com a obra, precisamente pela segurança das crianças.

Em relação à falta de médicos em Atouguia da Baleia, que a vaga foi colocada em aberto e foi aberto concurso, mas o problema é que, por norma, as Universidades do Porto, em termos de Medicina, têm as notas mais altas, e os médicos concorrem para a nossa zona, entram no quadro e de seguida pedem mobilidade para o norte.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, relativamente ao PDM, o senhor Presidente da Câmara referiu em algum momento que *“aprendeu qualquer coisa com este processo”*, e lamentava ter de dizer que o senhor Presidente não aprendeu aquilo que é fundamental. Indicou que, na sua opinião, o fundamental neste processo era haver absoluta transparência, a todo o momento, sobre aquilo que está a ser feito, em primeiro lugar, e que houvesse um envolvimento, também, tão permanente quanto possível das pessoas que têm conhecimento de facto sobre as matérias que estão a ser discutidas, e foi por essa razão que foi proposta e aprovada, na Assembleia Municipal, a Comissão de Acompanhamento do PDM que, como o nome indica, é para acompanhar o processo e poder dar um parecer, que não é vinculativo, mas que pode ajudar. Expressou que voltavam sempre ao mesmo problema, aquilo que procuram são consensos e estes não se encontram com uma proposta que ninguém conhece, com vinte uma páginas de propostas que o senhor Presidente disse que tinha, em setembro do ano passado, que até agora são as únicas que não se conhecem, porque todas as outras foram publicadas e divulgadas. Disse, ainda, que não deveria ter acontecido o senhor Presidente dar indicações à equipa para integrar propostas suas sem serem debatidas, porque esse foi o procedimento que se fez para as propostas das outras pessoas, elas foram debatidas na Câmara Municipal, para depois as incluir. Acrescentou que se pretendia, de facto, consensos e que todos estejam a trabalhar para uma boa solução, tem que haver transparência e diálogo com todos os que têm a obrigação de discutir e encontrar a melhor solução, porque, ele próprio, também lhe disse que não sabia se as suas soluções eram as melhores, mas se conversassem chegariam a uma ótima solução. Disse, ainda, que o preocupava profundamente que, depois da discussão que tiveram na Assembleia Municipal, ao longo dos meses, sobre o PDM e sobre a melhor forma de ultrapassar o impasse a que tinham chegado no ano passado, o senhor Presidente venha criar um novo impasse com esse segredo. Manifestou que fazia

todo o sentido haver a Assembleia Municipal extraordinária que foi pedida.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GDEPP):

Referiu que o que foi dito não correspondia à verdade, porque a preocupação que houve foi ouvir e registar todas as opiniões das pessoas que colaboraram e o documento que está a ser elaborado tem em conta isso, porque se voltassem ao sistema do princípio do mandato de a Câmara Municipal, de quinze em quinze dias, discutir o PDM e não chegavam a conclusão nenhuma, nem daqui a dez anos teriam o PDM feito. Indicou que a lógica era ouvir, fazer o registo do que cada um disse, até porque já o fizeram em outros processos, e a partir daí, da proposta que procura contemplar todas as sensibilidades, irá ser avaliada e todos poderiam dar os seus contributos.

Ademar Marques (PSD):

Afirmou que não foi isso que o senhor Presidente da Câmara disse, o que referiu foi que tinha vinte e uma página de propostas, que fez depois de estudar o assunto durante as férias, e que, ao contrário das propostas das outras pessoas, não estavam divulgadas, e o que estava a dizer agora é que as alterações feitas não são as do senhor Presidente, são as das pessoas. Referiu que aquilo que iria dizer era para bem do concelho e sabe que o senhor Presidente quer o mesmo, não colocava isso em causa, mas para este processo correr bem, e já o disseram muitas vezes, era importante haver envolvimento das pessoas, e por isso há uma Comissão de Acompanhamento do PDM que deveria estar a reunir, e transparência a todo o momento e continua a não haver.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que havia uma tentativa de dizer que o processo não é claro e que ninguém é ouvido, mas, em termos práticos, se continuarem a insistir em reunir permanentemente e discutir todo o PDM para as pessoas ficarem satisfeitas, reunir com a Comissão de Acompanhamento e cada vez que reunirem vêm coisas novas, nunca mais chegam ao fim. Indicou que, na sua opinião, teriam de concretizar as propostas todas e depois de haver uma proposta preparada todos teriam hipótese de pronunciar.

Mariana Rocha (CDU):

Disse que das respostas dadas, não entendeu a resposta dada relativamente à obra de saneamento. Caso aqueles moradores tomem a decisão de não adquirir a estação elevatória para bombear o esgoto, perguntou se aquele esgoto iria ficar a céu aberto.

Questionou se a obra do muro da Escola da Bufarda iniciará no intervalo do período escolar.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Em relação à Escola da Bufarda, disse que era para fazer nas férias escolares.

Quanto aos esgotos, disse que uma coisa que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento não podem fazer é substituírem-se aos investimentos e às obras que são responsabilidade dos privados. Expressou que as situações teriam de ser avaliadas tecnicamente com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Esclareceu que a Assembleia Municipal extraordinária do PDM está prevista na Lei, com duzentas e cinquenta assinaturas.

Relativamente à correspondência, disse que fez chegar um ofício.

Em relação à resina, o que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara não é verdade, o ano passado foi retirada resina.

Sobre a questão dos Sapadores, disse que, desde fevereiro, eles fazem a limpeza na cidade.

Quanto ao centro de Ferrel, disse que a Junta de Freguesia está, como sempre esteve, disposta a fazer aquela obra, e fez a primeira proposta, por escrito, em 20 de janeiro de 2018, e também está disponível para a fazer com a Câmara Municipal, daí ter sugerido fazer-se uma reunião específica sobre este assunto. Adiantou que se a intenção for iniciar na Caixa Agrícola e depois logo se via onde acabava, não chegariam a começar.

No que diz respeito à massa a frio, referiu que as coisas não aconteciam como o senhor Presidente referiu, há muito tempo, inclusivamente contactaram o Chefe de Divisão das Obras e com o Encarregado e foi-lhes dito que antes de terem a massa a frio que avisassem a Junta de Freguesia.

Sobre os glifosatos, disse que todos os herbicidas provocavam doenças oncológicas, e as autarquias sem glifosatos é sem nenhum tipo de produto.

Indicou que o senhor Presidente, numa reunião de Câmara, disse sobre as cabras o seguinte: *“foram lá e silenciou-se uma situação grave”* e o que perguntou foi se estava recordado do que se estava a referir.

Relativamente ao PDM, o senhor Presidente disse; *“há ali muitos interesses...”*, e o que perguntou foi se o senhor Presidente se lembrava do que se estava a referir.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que, em relação aos interesses, não iria dizer, porque todos sabem.

Referiu que não houve resinagem no ano passado.

Indicou que, em 2018, em relação à Rua Nossa Senhora da Guia, não havia projeto e, logicamente, para se fazer uma obra desta natureza, para uma Junta de Freguesia, teria de se fazer o planeamento.

Relativamente às massas a frio, esclareceu que nunca deu qualquer orientação, nem ao Chefe da Divisão, nem ao Encarregado.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Relativamente à concessão do direito de superfície de um lote de terreno que serviu de construção a uma loja da Rip Curl Europe, ficou estabelecido, na altura, que a empresa tinha que proceder à construção de um Skate Ball. Perguntou se foi algum contacto com a empresa e se existe alguma previsão para a construção do mesmo.

Em relação ao Skate Parque, tendo em consideração que existiram em todos os programas eleitorais referências à necessidade de serem criadas condições para a prática de skate, questionou qual era a evolução deste processo, uma vez que o Skate Parque se encontra degradado e perigoso para a prática do desporto.

O Clube de Ténis de Peniche tem, há alguns anos, vindo a sinalizar a necessidade de terem mais campos disponíveis, equacionando a possibilidade de poderem ter campos com cobertura por causa das intempéries. Questionou se estas sinalizações se confirmavam e se preconizava alguma solução.

Foi feito um resumo sobre o estado da arte das concessões municipais, resumo esse que evidenciou de forma clara que o Município de Peniche não tem tido os melhores resultados, no que diz respeito a dois fatores muito importantes: a rentabilidade para o

Município, em termos de receitas resultantes dessas concessões, e a qualidade do serviço prestado por algumas dessas mesmas concessões. Referiu que a qualidade é muito importante para os nossos munícipes e tem um efeito direto na atração de novos públicos e de novos turistas.

Na campanha para as últimas eleições autárquicas e no que ao Mercado Municipal dizia respeito, eram apontadas ideias, projetos, havia soluções de reabilitação para melhoramento, que iria ser fácil a resolução, mas, entretanto, vai haver eleições, perguntou o que foi feito pela Câmara Municipal.

Iria concordar com o senhor Presidente da Câmara quando fez a seguinte afirmação: *“o nosso concelho tem muito potencial”*, mas os caminhos, as estratégias e os métodos para aproveitar essas potencialidades estavam em completo desacordo.

António Moniz (GCEPP):

Disse que:

Gostaria de saber, do ponto de vista estratégico no Município, quando é que se criam zonas de limitação de velocidade 30 km/h, dentro da cidade, junto às escolas, hospitais e outras zonas de maior concentração populacional, de modo a poder aumentar o nível de segurança para os cidadãos.

Do mesmo modo, como os limites de 30 km/h, as ciclovias de uso misto, ou seja, aproveitar ruas com largura suficiente para poder incluir ciclovias pintadas no chão, sem ter um asfaltamento especial, onde pode haver partilha de espaço com automóveis, mas que sinalize a prioridade para a utilização de bicicletas.

Se avizinha o período de maior intensidade e de movimentação turística, questionou para quando estaria previsto um sistema de sinalização luminosos temporário em frente ao Intermarché e à praia, para que não se reproduza, uma vez mais, os longos estrangulamentos de tráfego naquela zona, porque está claramente mal feita. Referiu que o investimento não muito pesado e poderia fazer fluir o tráfego naquela zona com segurança para os utentes da via.

Relativamente ao Terminal Rodoviário, gostaria de chamar à atenção para o facto de não haver informação para os turistas que aqui chegam. Indicou que, em tempos, foi falado incluir-se um Mupi informando onde existiam táxis, onde havia hotéis, números de telefone úteis, etc., mas não há nada. Por outro lado, qualquer utilizador que chegue no último autocarro, por volta das oito horas da noite, não consegue obter qualquer informação.

Sobre a linha gratuita de Apoio ao Munícipe (800 100 780), gostaria de saber se este número apenas é utilizado para questões associadas à Covid-19 ou se é, finalmente, o número único de acesso ao Município, ou seja, onde possam resolver, pedir e perguntar, porque isso era um elemento importante na campanha e, ainda, não sabiam quando ficaria resolvido.

Relativamente ao concurso de recrutamento para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que, aparentemente, não está bem resolvido, foi alertado, recentemente, por email de uma das candidatas para um lugar, perguntou o que se passava com esta situação.

Em relação à questão do Centro de Saúde e a vacinação, estava de acordo com o senhor Presidente da Câmara de que se tratava de uma questão política e todos os Deputados dos diferentes grupos da Assembleia Municipal poderiam e deveriam mobilizar os seus próprios partidos para perguntar aos responsáveis da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo qual é o ponto de situação e o que prendiam

fazer e, assim, dar um contributo na Assembleia Municipal sobre as soluções que podem melhorar as anomalias que estão a ocorrer no sistema de vacinação em Peniche.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

O protocolo celebrado com a Rip Curl não tem prazos de execução.

Não desistiram do Skate Parque, tiveram um conjunto de dificuldades, uma delas com a Direção Geral do Património Cultural e um parecer que poderia ser entendido de uma maneira ou de várias maneiras. Posteriormente apostaram na possibilidade de fazer o Skate Parque noutra local, próximo de um investimento que estavam a fazer conta, que tinha que ver com uma candidatura. Deu conta que há volta das muralhas não era possível, porque a Direção Geral do Património Cultural sempre entendeu não autorizar. Informou que estão a fazer um esforço no sentido de lhes ser permitido utilizar o espaço que existe e fazer um novo equipamento.

Em relação ao Clube de Ténis, achava pertinente e todos deveriam assumir isso, quer para o ténis quer para outras atividades que têm condições de progressão no nosso concelho, deveriam estimulá-las e criar melhores condições, mas não vão prometer tudo. Referiu que tinham algumas coisas referenciadas, em termos de campos de ténis, já lhes foram indicadas outras, mas, em termos de equipamento, teriam de ver o todo.

Em termos de concessões e aquelas que não têm qualidade, poderia aceitar que haja uma concessão que possa ter alguns problemas e, provavelmente, na grande parte do tempo está justificada.

Relativamente ao Mercado Municipal, há ideias e opiniões diferentes, mas o propósito prioritário é transferir a venda de peixe para o rés-do-chão. Indicou que fizeram aquilo que durante muitos anos não se conseguiu fazer, negociaram e sensibilizaram as pessoas que tinham lojas que não utilizavam e, a partir dali, começaram a procurar decidir. Adiantou que, na sua opinião, a grande obra que o mercado precisa teria de ser uma candidatura, o resto são algumas intervenções que estão a ser equacionadas e a ser trabalhadas, o todo teria de ser discutido politicamente.

Quem tem ou não estratégia, iriam discutir o assunto através dos documentos. Referiu que não se poderia fugir muito daquilo que são as realidades do nosso concelho. Indicou que deveriam trabalhar no sentido de investir, fazer as infraestruturas que não foram feitas, tratar dos equipamentos, tratar da zona de Pinhal, aproveitar o potencial das nossas praias e requalificá-las, nomeadamente os acessos e os apoios de praia, têm de começar a construir a Zona Industrial de Vale do Grou. Informou que a candidatura foi apresentada em dezembro, quando ninguém esperava, e têm um compromisso com a maior parte dos proprietários para conseguir uma boa solução, que será presente em reunião de Câmara. Tem esperança de que os lotes sejam ocupados rapidamente e, a seguir, que os empresários o façam, se não fizerem terá de ser a Câmara Municipal a fazê-lo.

Concordava com o senhor Deputado António Moniz, e a questão das escolas e os sistemas referidos, já outros Vereadores o fizeram, nomeadamente na Escola do Filtro. Adiantou que tinham muito para fazer em termos de mobilidade, aos circuitos de ciclovias, mas não só, também em termos de acessos pedonais. Estão a trabalhar em algumas propostas, mas teriam que verificar a disponibilidade financeira para ver se poderiam fazer mais intervenções. A pintura de ruas era uma boa opção.

Em relação à informação no Terminal Rodoviário, teriam que avaliar.

A linha gratuita não servia apenas para a Covid-19, é uma linha de emergência

social que são encaminhados para outros serviços.

Relativamente ao concurso dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, o Júri tem que dar resposta.

Ângelo Marques (PS):

Disse que a questão sobre o protocolo, não se referiu a obrigar a empresa, mas estando sinalizada essa possibilidade, perguntou se tinha falado com a Rip Curl numa tentativa de poder ser feito o Skate Ball, não estava a cobrar nada, até porque o protocolo não o permite.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não registaram quaisquer intervenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Comunicou que iria sair da sessão, porque eram uma hora e vinte minutos e considerava que não existiam condições para continuar a reunião, pelo que a Assembleia Municipal deveria continuar noutro dia.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Perguntou aos restantes Deputados o que pretendiam fazer.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que, sendo defensor de que as Assembleias Municipais devem acabar mais cedo, concordava com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não se iria opor, uma vez que existem duas forças políticas com a mesma opinião, provavelmente, porque existem pontos que entendem ter de haver discussão. Referiu que o Regimento da Assembleia Municipal diz que termina há uma hora da manhã. Acrescentou que quando há disponibilidade de todos para continuar, muito bem, da sua parte havia, mas deve ser respeitado o Regimento.

Vasco Serpa (GCEPP):

Disse que a Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche estava disposta a continuar, até porque em outras sessões da Assembleia Municipal, há uma hora e trinta da manhã, costumam dizer que poderiam estar as horas que fossem precisas, e agora iriam cumprir o Regimento para acabar há uma hora da manhã, quando ele não tem sido cumprido, nem no Período de Antes da Ordem do Dia, nem a duração do Período da Ordem do Dia.

Henrique Estrelinha (PS):

Informou que o Partido Socialista sempre defendeu que, a partir de uma determinada hora, não existiam condições para discutir alguns temas.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Afirmou que, a partir da próxima sessão, o ponto Antes da Ordem do Dia terá noventa minutos, para se cumprir o Regimento. Referiu que hoje não houve público, chamou à atenção, às zero horas e dez minutos, para que as Bancadas se conterem.

Vanda Duarte (GCEPP):

Disse que isto era um repto que o senhor Presidente da Mesa fazia, mas na verdade nunca era cumprido, ou seja, refere sempre que na próxima sessão seria X tempo e que o Regimento tinha de ser cumprido, mas a verdade é que nunca é cumprido por nenhuma das Bancadas.

Ademar Marques (PSD):

Disse que estava inteiramente de acordo com a senhora Deputada Vanda Duarte e, na sua opinião, tem que se começar a cumprir, a contar a partir da apresentação das moções, porque elas fazem parte do Período de Antes da Ordem do Dia, logo, se esgotarem o tempo da intervenção com moções de três e quatro páginas, é natural que depois estejam a discutir durante horas, o que, de facto, não é muito razoável.

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PARA O ANO DE 2021 (MODIFICAÇÃO N.º 6):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação.

Deliberação n.º 11/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos do Município de Peniche, para o ano de 2021 (Modificação 6).

Os originais dos documentos agora aprovados ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. (Doc.7)

MARCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO:

Deliberação n.º 12/2021: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que os trabalhos desta sessão prosseguirão no dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e um, com a realização de nova reunião, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, e por videoconferência, com início pelas vinte e uma horas, com dispensa de convocação escrita.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 13/2021: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e trinta e cinco minutos do dia vinte e dois de maio, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de abril, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
